

A Bolívia, a Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural

Giovani José da Silva*

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo

A chegada de dois indígenas Aymará aos cargos políticos de maior expressão da república boliviana nas últimas duas décadas (Victor Hugo Cárdenas, vice-presidente de 1993 a 1997; Juan Evo Morales Ayma, presidente desde 2006) colocaram algumas complexas questões a serem refletidas no campo dos estudos e pesquisas sobre etnicidades nas Américas, particularmente na América do Sul. Para se compreender o atual cenário político boliviano é necessário, pois, montar um verdadeiro mosaico de grupos que compõem uma rica diversidade étnica e pluricultural, tratada por muito tempo como motivo de “atraso” e “subdesenvolvimento” da Bolívia, que já foi considerada um dos países mais pobres do continente. Para tanto foram realizados extensos levantamentos bibliográficos, no Brasil e na Bolívia, além de consultados trabalhos acadêmicos que pudessem revelar uma parte da riqueza sociocultural dessa fragmentada sociedade, particularmente no que se refere aos indígenas Chiquitano, moradores das “terras baixas” bolivianas e identificados por

Cambas. O objetivo do presente artigo é contribuir para a compreensão desse cenário multifacetado, formado por etnias indígenas que ficaram alijadas do poder político e que agora se veem diante de desafios de superação e ocupação de espaços sociais e políticos outrora violentamente negados.

Palavras-chave: Bolívia, Chiquitania, Populações Indígenas, Mosaico Étnico-Cultural.

Resumen

La llegada de dos indígenas Aymara a la más alta expresión política de la República de Bolivia en las últimas dos décadas (Víctor Hugo Cárdenas, vicepresidente de 1993 a 1997, Juan Evo Morales Ayma, presidente desde 2006) pone algunas cuestiones complejas que se reflejan en el campo de estudios e investigaciones sobre la etnicidad en las Américas, especialmente en América del Sur. Para entender el actual escenario político boliviano es necesario, por lo tanto, montar un verdadero mosaico de grupos que conforman una rica diversidad étnica y cultural, tratada como una razón para "retraso" y "subdesarrollo" de Bolivia, que

ya fue considerado uno de los países más pobres del continente. Para eso encuestas exhaustivas en la bibliografía se llevaron a cabo en Brasil y Bolivia, y consultó documentos académicos que podrían revelar una parte de la riqueza sociocultural de esta sociedad fragmentada, especialmente en relación a los pueblos indígenas Chiquitano, residentes de las "tierras bajas" e identificados como Cambas. El propósito de este artículo es contribuir a la comprensión de este escenario multifacético, formado por grupos indígenas que fueron expulsados del poder político y que ahora se encuentran ante retos de superación y la ocupación de los espacios sociales y políticos violentamente negados a ellos a lo largo del tiempo.

Palabras clave: Bolivia, Chiquitania, Pueblos Originarios, Mosaico Étnico y Cultural

Considerações Iniciais

A chegada de dois indígenas Aymará aos cargos políticos de maior expressão da república boliviana nas últimas duas décadas (Victor Hugo Cárdenas, vice-presidente de 1993 a 1997; Juan Evo Morales Ayma, presidente desde 2006) colocaram algumas complexas questões a serem refletidas no campo dos estudos e pesquisas sobre etnicidades nas Américas, particularmente na

América do Sul. Afinal, a Bolívia jamais teve indígenas como mandatários em períodos anteriores a este, embora sua população, desde a criação do país, em 1825, seja majoritariamente formada por aqueles que se autodenominam na atualidade como *pueblos originarios*. Ainda assim, os índios das chamadas “terras baixas” bolivianas, dentre eles os Chiquitano, têm dificuldades em se verem representados politicamente por indígenas que são do Altiplano e, portanto, expressam valores e causas distantes, muitas vezes, dos membros das chamadas “minorias étnicas”.

Para se compreender o atual cenário político boliviano é necessário, pois, montar um verdadeiro mosaico de grupos que compõem uma rica diversidade étnica e pluricultural, tratada por muito tempo como motivo de “atraso” e “subdesenvolvimento” da Bolívia. A atual constituição boliviana reconhece o país como multiétnico e pluricultural, embora como saliente Xavier Albó (1999, p. 478), “[...], la marginación de los pueblos originarios sigue particularmente en toda la esfera económica”.¹ Ainda assim, os indígenas bolivianos continuam a se organizar e a reivindicar seus direitos, em uma demonstração de esperança em dias melhores naquele que já foi considerado um dos países mais pobres das Américas. O objetivo do presente artigo é contribuir para a

¹ Tradução: “A marginalização dos povos indígenas segue particularmente em toda a esfera econômica”.

compreensão desse cenário multifacetado, formado por etnias indígenas que ficaram alijadas do poder político e que agora se veem diante de desafios de superação e ocupação de espaços sociais outrora violentamente negados.

Para tanto foram realizados extensos levantamentos bibliográficos, no Brasil e na Bolívia, além de consultados trabalhos acadêmicos que pudessem revelar uma parte da riqueza sociocultural dessa fragmentada sociedade (José da Silva, 2011; 2012), particularmente no que se refere aos indígenas Chiquitano, moradores das “terras baixas”. A partir das análises empreendidas, conclui-se que os fatais prognósticos dos editores do recenseamento boliviano de 1900, que davam como certa a “extinção da raça indígena” (Albó, 1999) estavam incorretos. Mais de 100 anos depois, continua-se a falar em povos indígenas ou *pueblos originarios* na Bolívia e que os mesmos não defendem apenas o direito à própria existência, mas colocam em xeque as estruturas de um Estado que se enxerga multiétnico, pluricultural e, em última instância, plurinacional.

As complexas relações étnicas em território boliviano: um país fragmentado?

A Bolívia, além de ser conhecida mundialmente pelas riquezas minerais que

produz, é também reconhecida por formar historicamente uma complexa sociedade pluricultural e multiétnica. Em território boliviano há tempos convivem inúmeros e diferentes grupos étnicos indígenas, dentre os quais podem ser destacados, na atualidade, os Aymará, os Quéchuas e os Guaraní. Há também um expressivo contingente de “minorias étnicas”, dentre as quais os Chiquitano, os Chiriguano e os Ayoreo, entre outros. Pouco mais de 60% da população atual daquele país considera-se indígena, de acordo com o recenseamento realizado em 2001, em que pese o fato de pesquisadores como Silvia Rivera Cusicanqui (2008), questionarem o critério de auto-identificação utilizado naquele censo. Ainda que haja um complexo emaranhado de categorias sociais (*mestizos, cholos*, etc.) a ser levado em conta em qualquer análise demográfica sobre a Bolívia e que a definição do número de sociedades indígenas careça de consenso, dados levantados pela ONU apontaram pelo menos 34 grupos vivendo em áreas urbanas e rurais, no início do século XXI naquele país (Organização das Nações Unidas, 2005).

Tais grupos tiveram e têm, ao longo da história, significativa participação na vida política do país, marcada nas últimas décadas por grandes e graves turbulências. Sem resvalar para qualquer forma de determinismo geográfico, um estudo mais acurado do relevo do país pode ajudar na compreensão desta situação e elucidar

algumas questões importantes para o entendimento daquela realidade. Caracterizada por descontinuidades geográficas, a Bolívia encontra-se dividida, grosso modo, em duas grandes regiões claramente distintas: a região andina ou Altiplano (montanhosa, árida, fria e rica em minérios) e a região das “terras baixas” (de clima tropical, formada por imensas planícies, ricas em petróleo e gás natural). De acordo com Leandro Mendes Rocha (2006, p. 09), “nessa última região, que cobre dois terços da superfície do país, vive apenas um terço da população total”.

As “terras baixas” cobrem toda a parte norte e leste da Bolívia e dividem-se em quatro regiões: *Yungas*, Amazônia, Chaco e Chiquitania. *Yungas* formam uma zona de transição entre as montanhas e cordilheiras dos Andes e a Amazônia, ao norte do país. A Amazônia, por sua vez, é formada por grandes extensões de florestas úmidas, apresentando alta diversidade de espécies de plantas. Na parte sul desta região encontram-se amplas planícies cobertas de variedades vegetais que são aproveitadas como pastos por grandes rebanhos de gado bovino. O Chaco é uma região de intenso calor, coberta por matas baixas, savanas áridas e algumas áreas úmidas. A Chiquitania, no noroeste do país (Departamento de Santa Cruz), é uma região menos úmida e está coberta por uma paisagem em que se alternam bosques semi-úmidos e savanas. O conjunto das “terras

baixas” possui uma cobertura vegetal de 445.000 km² sobre uma extensão total de aproximadamente 763.000 km² (Birk, 2000).

Para além dos aspectos geográficos, o concurso de uma diversidade de fatores históricos foi determinante na estruturação da formação política, social, econômica e cultural da Bolívia, em uma análise na qual não se podem deixar de lado as pretéritas e presentes mobilizações camponesas e indígenas, dentre outras.² A importância de diferentes eventos históricos – dentre eles a Guerra da Independência (1809-1825), a Guerra Federal de 1898-1899 e a Revolução de 1952³ – remete à forma como se articularam antigos e atuais processos internos nesta formação. Pode-se dizer, assim, que a Bolívia dos séculos XX e XXI sintetiza uma história que compõe um heterogêneo mosaico étnico, cultural, linguístico e social; mosaico este que se contrapõe à unidade política e territorial do país, constituída nas primeiras décadas do século XIX e mutilada por sucessivas perdas que chegaram a mais de 1.000.000 km², consequências de sangrentas guerras e tratados diplomáticos lesivos aos bolivianos.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, a

² De acordo com Marcelo Grondin (1984, p. 07), “Entre os anos 1780-1783, os vice-reinados do Peru e de La Plata [atual território boliviano], foram palco das rebeliões indígenas mais consideráveis de toda a história da colônia na América do Sul e que serviram de prelúdio às guerras da Independência”.

³ Cf. para outras informações a respeito desses eventos: Mesa; Gisbert; Mesa Gisbert, 2007.

Bolívia sofreu pesadas derrotas militares para o Brasil, o Chile e o Paraguai, além de ter negociado, no mesmo período, extensas áreas de terras com o Brasil, a Argentina e o Peru (Carvalho, 2005). Interesses nacionais e estrangeiros estiveram presentes durante os eventos assinalados e provocaram ou acirraram profundas divisões internas entre a população boliviana. Não apenas prejuízos materiais, mas, sobretudo, imensas perdas humanas marcaram o envolvimento dos bolivianos em tais conflitos bélicos e litígios diplomáticos. Embora pouco documentada e ainda praticamente não estudada, crê-se que a participação de indígenas nesses conflitos tenha sido intensa, sobretudo na Guerra do Chaco (1932-1935), ocorrida entre Bolívia e Paraguai. Nesse sentido, destacam-se os esforços dos trabalhos de Jürgen Riester (2005), na recuperação de narrativas indígenas Guaraní sobre a Guerra, além de um recente trabalho compilado por Nicolás Richard (2008) publicado no Paraguai.

A referida pluralidade étnica e sociocultural constituiu-se em permanente desafio à fragmentada sociedade boliviana, como já constatou Herbert S. Klein (1994), além de exigir dos pesquisadores atenção redobrada às complexas relações que se estabeleceram entre os distintos universos socioculturais. Cabe ressaltar que estas relações foram e são, ainda, fortemente marcadas por uma questão regional: os que vivem no Altiplano, em geral, identificam-se

e são identificados como *Collas* (derivado de *Colla Suyu*, uma das quatro antigas divisões do império incaico, que era também formado por *Antesuyo*, *Contesuyo* e *Chinchai Suyu*, que reunidos formavam *Tawantisuyo*, “as quatro terras”). Já os que vivem nas “terras baixas”, como os indígenas Chiquitano, genericamente são identificados e identificam-se como *Cambas*. Há uma histórica rivalidade entre *Collas* e *Cambas*, manifestada, muitas vezes, em um tradicional regionalismo.

Antropólogos e outros pesquisadores têm observado que a utilização de expressões, jocosas ou não, revela preconceitos alimentados, tanto no Altiplano como nas “terras baixas”, por um grupo em relação ao outro e vice-versa. Aos *Collas*, por exemplo, é atribuído um espírito “depredador”, possivelmente herdado do antigo império incaico. Já sobre os *Cambas*, se diz que “não gostam de serviços pesados” e que, por essa razão, “trabalham pouco”. Existem, pois, atitudes de rechaço e de discriminação, incorporadas culturalmente e reproduzidas no cotidiano não apenas no interior da Bolívia, como também no exterior daquele país. Isso sem contar no constante enfrentamento entre o poder central (parcialmente sediado nos Andes, em La Paz, associado aos *Collas*) e o Departamento de Santa Cruz de la Sierra (localizado nas planícies e, portanto, relacionado aos *Cambas*), o que coloca em choque, muitas

vezes, os interesses dos que se dizem pertencentes a um ou a outro grupo (Montaño Aragón, 1977; Hollweg, 1977; Stearman, 1987).

Para Sidney Antonio da Silva (1997, p. 73), entretanto,

[...] essas duas categorias não dão conta de expressar a diversidade cultural que caracteriza essas duas regiões do país. [...] as sociedades do Altiplano caracterizam-se pela agricultura, e por isso é comum o culto à fertilidade da terra (*Pachamama*), enquanto que as sociedades dos trópicos caracterizam-se pela pecuária [...], o fator climático também teria incidido na maneira de ser do homem do Altiplano e dos trópicos.

Evidentemente que a questão da influência climática no modo de ser dos grupos humanos já foi amplamente debatida, tanto pela Antropologia como pela Geografia, uma vez que o uso de tais tipologias ou divisões pode reificar estereótipos de toda ordem e, por essa razão, devem ser evitados.

Gudrun Birk (2000, p. 15) assim se refere a essas divisões:

[...], la composición étnica de los países latinoamericanos se

diversificó y actualmente cada país tiene sus propias formas de nombrar y dividir a la población en grupos. En Bolivia, se hacen las siguientes distinciones:

LOS COLLAS son los habitantes de la región andina, en oposición a

LOS CAMBAS que son los mestizos del trópico.

CAMPESINOS se llama a los quechuas y aymaras rurales de la región andina.

COLONOS son los campesinos quechuas y aymaras que han migrado al trópico.

INDÍGENAS es la autodenominación de las etnias del trópico y así son llamados por la población nacional.

Cabe recalcar que la denominación “indio”, que es utilizada en muchos países latinoamericanos para designar a los pueblos originarios, en Bolivia tiene una fuerte connotación racista y equivale a un insulto.⁴

⁴ Tradução: “[...], a composição étnica dos países latino-americanos se diversificou e atualmente cada país tem suas próprias formas de nomear e dividir a população em grupos. Na Bolívia, se fazem as seguintes distinções:

OS COLLAS são os habitantes da região andina, em oposição aos

CAMBAS que são os mestiços do trópico.

CAMPESINOS se chamam aos quechuas e aymaras rurais da região andina.

COLONOS são os camponeses quechuas e aymaras que migraram para o trópico.

Estes estereótipos, difíceis de serem extirpados de diversas etnografias, precisam ser, antes de tudo, questionados e relativizados, não sendo diferente com o caso boliviano (Silva, 1997, p. 74).

É importante salientar que na Bolívia, os Chiquitano, por exemplo, não se autodenominam indígenas e nem mesmo são denominados assim pela população não indígena, pois:

Las comunidades indígenas son llamados ranchos por los chiquitanos, y comunidades campesinas por la sociedad nacional, en un intento luego de 1953, de rechazar la connotación peyorativa y racista que aquella época tenía el vocablo “indio” y por extensión “indígena” (Tonelli Justiniano, 2004, p. 334).⁵

Aqui se abre um pequeno parêntese para abordar brevemente as complexas divisões sociais presentes na Bolívia que,

INDÍGENAS é a autodenominação das etnias do trópico e assim são chamados pela população nacional. Cabe ressaltar que a denominação ‘indio’, que é utilizada em muitos países latino-americanos para designar os povos originários, na Bolívia tem uma forte conotação racista e equivale a um insulto”.

⁵ Tradução: “As comunidades indígenas são chamadas *ranchos* pelos chiquitanos, e *comunidades campesinas* pela sociedade nacional, em uma tentativa a partir de 1953, de rechaçar a conotação pejorativa e racista que naquela época tinha o vocábulo ‘indio’ e por extensão ‘indígena’”.

como já visto, comportam inclusive razões de cunho geográfico (*Cambas e Collas*). Mario Montaña Aragón (1977) propõe pelo menos três configurações distintas para a sociedade boliviana: um complexo cultural *hispano-criollo*, que se confundiria com as pautas culturais das camadas sociais dominantes, compostas por indivíduos descendentes de conquistadores e colonizadores europeus e considerados “brancos”; a cultura *chola*, das camadas médias e baixas, associadas aos *mestizos*, resultante da miscigenação entre “brancos” e indígenas.

Para Ozzie Simmons, entretanto, que investigou a presença dos *cholos* na sociedade peruana, existiria outra interpretação para o uso do termo *cholo* na América andina:

[...] el término cholo está reservado para los “indios” que están asimilándose rápidamente al grupo cultural de los mestizos, pero que todavía no han “llegado”. Un cholo puede ser clasificado como más o menos criollo, dependiendo del grado de su orientación hacia la mirada criolla (apud Stearman, 1987, p. 80).⁶

⁶ Tradução: “[...] o termo *cholo* é atribuído aos ‘indios’ que estão se assimilando rapidamente ao grupo cultural dos *mestizos*, mas que, todavia, não têm ‘chegado’ [a serem considerados *mestizos*, de fato]. Um *cholo* pode ser classificado como mais ou menos *criollo*, dependendo do grau de sua orientação em direção à cosmovisão *criolla*”.

Finalmente, de acordo com Montaña Aragón, há o complexo cultural indígena, sendo que muitos deles, inclusive os Chiquitano, preferem ser chamados de *campesinos*, reservando-se o termo “índio” exclusivamente ao morador das matas, com pouco ou nenhum contato com não indígenas.

Riester (1976, p. 129) estabelece uma tipologia para os diferentes núcleos populacionais onde vivem os Chiquitano na Bolívia: *ranchos* (aldeias habitadas unicamente por indígenas); *estancias* (propriedades não indígenas, de criação de gado), geralmente cercadas por *ranchos*; *haciendas* (propriedades de *mestizos*, voltadas para a produção agrícola); *pueblos* (antigas missões jesuíticas, em que predomina população não indígena); *ranchos y pueblos* (apesar dos mesmos nomes, diferentes dos já citados, por estarem localizados especificamente ao longo da linha férrea que liga Santa Cruz de la Sierra a Corumbá) e *barracones* (povoados ainda existentes nos seringais de Ñuflo de Chávez e Velasco). O antropólogo assinala que existem diferenças entre os habitantes indígenas de cada um destes núcleos, bem como entre províncias, principalmente nas atividades econômicas e, também, nas relações estabelecidas pelos indígenas com a sociedade nacional.

A organização de comunidades indígenas, ou *ranchos*, na Chiquitania

boliviana, tal como se conhece hoje, deu-se a partir da segunda metade do século XX, depois dos períodos de extração da borracha (*goma*), da Guerra do Chaco e da construção da estrada de ferro entre o Brasil e a Bolívia. Influenciou, também, nesse processo o colapso econômico da agricultura comercial, ocorrido entre o final da década de 1940 e meados da década de 1950, quando os *estancieros* perderam o interesse pelo cultivo de grandes superfícies, preferindo a criação de gado, ficando a produção agrícola a cargo dos índios Chiquitano. Isso não significou, contudo, um avanço para os indígenas, posto que os mesmos trocassem os produtos da agricultura e da caça por toda sorte de artigos industrializados, levados até a região por comerciantes chamados *mercachifles*. O consumo de álcool cresceu consideravelmente entre os índios em virtude da presença desses comerciantes.

Tonelli Justiniano (2004, p. 335). aponta ainda que:

En los años [19]50 y posteriores se presenta un tercer factor, que estimuló e impulsó grandemente el proceso de nuclearización rural: la promulgación de la Ley Reforma Agraria, que libera a los indígenas del régimen del empatronamiento forzoso y obliga a los empresarios a pagarles un salario justo. Se estima que durante los años 60, 70 y 80 [do século XX], el número de

comunidades indígenas se triplica o quadruplica.⁷

Outro fator a ser apontado, juntamente com a Reforma Agrária de 1953, foi a primeira Reforma Educativa produzida pelo governo do MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*), que se traduziu principalmente na abertura sistemática de escolas nas comunidades rurais que apresentassem pelo menos 25 alunos. Antes da reforma, o número de escolas na Chiquitania era muito reduzido e aqueles que podiam pagar, o que não era o caso da maioria, contratavam professores particulares para que ensinassem as crianças a ler e a escrever. Apesar do esforço realizado pelo governo para garantir a instrução escolar, inclusive nos locais mais remotos do país, o programa do MNR se mostrou, com o tempo, demasiado ambicioso e não logrou os efeitos desejados entre os indígenas, dentre eles os Chiquitano.

De acordo com Riester, isso ocorreu por que:

De hecho, [o governo] decretó la construcción de escuelas y suministró

los fondos necesarios para la remuneración de los maestros, pero nunca alcanzó a supervisar la efectiva aplicación de las disposiciones adoptadas. De ahí que no solo en las regiones caucheras, sino también en el sur de país, más favorecido desde el punto de vista político y mejor dotado de vías de comunicación, los sueldos de los maestros se diluyen en manos de quienes nada tienen que ver con la enseñanza y que muchas veces no saben leer ni escribir (Riester, 1976, p. 135).⁸

Foi somente a partir da segunda metade da década de 1980 que os Chiquitano foram progressivamente conquistando espaços sociais mais amplos e fazendo valer direitos históricos que, por séculos, lhes foram sistematicamente negados. Esse movimento culminou com o processo de consolidação territorial das populações indígenas, sob o conceito de TCO (*Tierras Comunitarias de Origen*), iniciado em 1990 com a *Marcha por Territorio y la Dignidad* e ainda em curso (Balza Alarcón, 2008). Pode-

⁷ Tradução: “Nos anos [19]50 e posteriores se apresenta um terceiro fator, que estimulou e impulsionou grandemente o processo de nucleação rural: a promulgação da Lei Reforma Agrária, que libera os indígenas do regime do *empatronamiento forzoso* e obriga aos empresários a pagar-lhes um salário justo. Estima-se que durante os anos 60, 70 e 80 [do século XX], o número de comunidades indígenas se triplica ou quadruplica”.

⁸ Tradução: “De fato, [o governo] decretou a construção de escolas e subministrou os fundos necessários para a remuneração dos professores, mas nunca chegou a supervisionar a efetiva aplicação das disposições adotadas. Daí que não apenas nas regiões da borracha, mas também no sul do país, mais favorecido desde o ponto de vista político e melhor dotado de vias de comunicação, os soldos dos professores se diluem nas mãos de quem nada têm que ver com o ensino e que muitas vezes não sabem ler nem escrever”.

se afirmar que a crescente denúncia de abusos na outorga de títulos fundiários, as políticas internacionais em favor da conservação do meio ambiente e o fortalecimento do movimento indígena conduziram, nos anos 1990, a uma reformulação das leis agrárias. Este é um processo que poderá apresentar outros desdobramentos, uma vez que a visibilidade dos Chiquitano hoje é muito maior do que no passado, tendo em vista que um conjunto de antigos templos jesuíticos (San Francisco Javier, Concepción, Santa Ana, San Miguel, San Rafael e San Jose) foi selecionado, em 1990, pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio da Humanidade.

A Bolívia e a Chiquitania: complexidades étnico-culturais

Como república independente, a Bolívia constituiu-se, no plano político, a partir de 1825, sobre a base territorial da antiga Real Audiência de Charcas. Tornando-se um país emancipado politicamente na primeira metade do século XIX, tendo à frente José Antonio de Sucre e Casimiro Olañeta, a Bolívia, nas palavras de Klein (1991, p. 73):

[...] constituiu-se assim na mais indígena das novas repúblicas da América espanhola; república na qual a

língua dos conquistadores permaneceu uma língua de minoria até o século XX. Dessa forma, as prósperas colônias mineiras de antigamente emergiram em sua nova existência republicana, como uma sociedade extremamente pobre, composta na esmagadora maioria por índios camponeses.

Até então, ao longo do período colonial, as atuais terras bolivianas fizeram parte, primeiro, do Vice-Reino do Peru (1543) e, posteriormente, quando o mesmo foi dividido, do Vice-Reino do Prata (1776), com capital em Buenos Aires. A conquista espanhola nessa porção da América seguiu o modelo precedente da conquista do México e de parte da América Central, em que uma avançada tecnologia militar possibilitou que várias centenas de espanhóis sobrepujassem, em pouco tempo, grupos indígenas formados por milhares de homens e mulheres.

Ainda de acordo com Klein:

O domínio espanhol na América organizou-se em unidades político-administrativas denominadas vice-reinos. O primeiro deles, o Vice-Reino da Nova Espanha, cuja capital era a cidade do México, foi criado em 1535 e abrangia América Central, Antilhas e parte considerável do sul dos Estados Unidos. Em 1543 foi criado o Vice-Reino do Peru, tendo Lima como

capital. O Vice-Reino do Peru estendia sua jurisdição a todo território sul-americano submetido ao domínio espanhol, incluindo o Alto Peru, nome que então se dava à região que iria constituir a maior parte da base territorial do Estado boliviano, três séculos mais tarde (Klein, 1991, p. 27).

Diversos grupos povoaram em tempos pretéritos as terras bolivianas, formando distintos e importantes conjuntos culturais: Tiahuanaco, Mollo, Charcas, Urus e Chipaias, dentre inúmeros outros (Hany, 2007). Antes da chegada dos espanhóis, entre o século XII e as primeiras décadas do século XVI, floresceram, nos planaltos andinos do Sul, uma sociedade e uma organização estatal altamente complexas, ancoradas em um denso sistema de aldeias agrícolas. Algo em torno de três milhões de indígenas estava sob o controle do Inca, envolvendo uma multiplicidade de distintas sociedades, falantes de numerosas línguas, que se agrupavam num vasto sistema de trocas, não mercantil. Já na região das planícies desenvolveu-se um sistema de povoamento paralelo ao andino, que formava uma espécie de “fronteira” integrada por uma combinação de grupos caçadores, coletores e agricultores (Wachtel, 2004).

Esta verdadeira “fronteira humana” impediu a expansão dos grupos andinos nesses domínios territoriais, além de conter,

durante quase três séculos, os avanços da colonização ibérica na região:

Estudios recientes [...] indican que los Incas nunca tuvieron éxito en sus esfuerzos por sojuzgar a los aborígenes de las tierras bajas y que, por tanto, se vieron obligados a construir una serie de fortalezas para evitar que invadieran los asentamientos de las tierras altas (Stearman, 1987, p. 41).⁹

Já em tempos pré-coloniais, portanto, a atual região da Chiquitania esteve povoada por inúmeras etnias pertencentes a diversos grupos linguísticos. Algumas delas eram formadas por agricultores sedentarizados que viviam em grandes aldeias cultivando milho, mandioca, tabaco, diversos tipos de abóboras e outros produtos com um sistema de roça e queima, complementando a dieta alimentar com carne de caça, peixes e vegetais silvestres. Havia, também, numerosos grupos seminômades que alternavam períodos de perambulação e sedentarismo em *chacos*¹⁰, para a preparação da sementeira dos cultivos. Estes grupos percorriam grandes extensões a fim de coletar nas matas, satisfazendo suas necessidades de alimentação, vestimenta,

⁹ Tradução: “Estudos recentes [...] indicam que os Incas nunca tiveram êxito em seus esforços para subjugar os aborígenes das terras baixas e que, portanto, se viram obrigados a construir uma série de fortalezas para evitar que invadissem os assentamentos das terras altas”.

¹⁰ A palavra *chaco* é de origem Quéchua e significa “campo de caça” (Brasil, 1997, p. 398).

ferramentas e regressando aos campos para a colheita. Assim mesmo, pequenos grupos nômades de caçadores, coletores e pescadores recorriam constantemente às matas a fim de garantir a subsistência (Birk, 2000).

A grande maioria destas etnias era formada por sociedades igualitárias, que não produziam excedentes, não havendo, pois, grandes diferenças econômicas entre as famílias extensas que formavam os grupos. As decisões que afetavam as comunidades eram tomadas pelos membros adultos, mediante consenso; quando isto não era possível, o grupo dividia-se em parcelas menores. Havia chefias, que se destacavam por suas virtudes guerreiras, habilidades de oratória e atos de generosidade, intervindo apenas em casos de crise, sobretudo em conflitos com outros grupos, quando então eram apoiadas pelo conselho de anciãos. A personagem de maior poder simbólico era o xamã, que fazia a mediação entre as forças da natureza e os seres humanos e à qual era atribuída a capacidade de curar enfermos, dentre outras. Até o momento, os especialistas insistem que, apesar dos poucos dados disponíveis, é possível afirmar que os Chiquitano não conformaram uma sociedade fortemente estratificada, com sistema de cacicatos e que este sistema teria sido introduzido pelos jesuítas a partir do final do século XVII (Riester, 1976; Krekeler, 1995; Birk, 2000).

Em relação à localização geográfica, uma das primeiras delimitações da área então conhecida como “*Nación de los Chiquitos*”, hoje Chiquitania, aparece em um memorial, datado do ano de 1703, escrito por Francisco Burgés, então Procurador Geral da Província Jesuítica do Paraguai:

La Nación de los Chiquitos confina por el Occidente con la Ciudad de San Lorenzo y Provincia de Santa Cruz de la Sierra. Su distrito corre azia el Oriente hasta el Río Paraguay por espacio de ciento y cuarenta leguas; por la parte del Norte se termina en la Sierra de los Tapacuras, que divide esta Misión de la de los Moxos, y corre la Serranía desde el Poniente al Oriente hasta el dicho Río Paraguay. Y por la parte del Sur confina con Santa Cruz la Vieja y su Serranía, que assimismo corre hasta el mismo Río. La distancia que ay de Norte à Sur será de cien léguas (*apud* Tomichá Charupá, 2008, p. 237-238).¹¹

Tais limites, confirmados em outra

¹¹ Tradução: “A Nação dos Chiquitos confina pelo Ocidente com a Cidade de São Lorenzo e Província de Santa Cruz de la Sierra. Seu distrito ‘vai’ pelo Oriente até o Rio Paraguai por um espaço de cento e quarenta léguas; pela parte do Norte se encerra na Serra dos Tapacuras, que divide esta Missão da dos Moxos, e corre a Serrania desde o Poente ao Oriente até o dito Rio Paraguai. E pela parte do Sul confina com Santa Cruz la Vieja e sua Serrania, que assim mesmo corre até o mesmo Rio. A distância que há do Norte ao Sul será de cem léguas”.

fonte da época (Fernández, 1895; 1896), correspondem, grosso modo, à região onde se estabeleceu a experiência reducional promovida pelos jesuítas. O uso do vocábulo “*Nación*”, por Burgés, inclusive, permite entrever certa hegemonia geográfica e sociocultural do grupo étnico majoritário conhecido como Chiquito ou Chiquitano. O mesmo jesuíta assinala, em outros trechos de seu memorial, os diversos grupos indígenas que existiam, então, na região, pertencentes a inúmeras e distintas famílias linguísticas: Arawaca, Chapacura, Guaraní, Otuqui, Zamuca e Suma.

E o que se entende, afinal, por Chiquitano? Outrora conhecidos também como *Trabacicosis* ou *Tapuymirí*, Chiquito ou Chiquitano hoje é, genericamente, a definição de um cadinho de grupos indígenas, os mais variados, que foram reunidos graças à ação missionária jesuítica (1691-1767) nas “terras baixas” bolivianas. Esta ação missionária pode ser resumida em dois aspectos principais: a aglomeração de indígenas em reduções (com a consequente e progressiva sedentarização dos grupos) e a imposição de uma única língua, o Chiquitano como língua geral, também chamada, hoje em dia, de Chiquito pelos linguistas e de *Besüro* ou *Besoro* pelos próprios indígenas.

Riester (1976, p. 123-124) ainda esclarece que:

En el curso de los últimos 200 años,

los diversos grupos han experimentado una adecuación considerable, de tal manera que podemos hablar de una cultura chiquitana, a pesar de que la calificación de un indígena como “chiquitano”, no explique su origen cultural.¹²

Alfred Métraux se reporta à complexidade de se determinar com exatidão quem foram os Chiquitano e onde os mesmos se localizavam, pois, de acordo com aquele etnólogo, “one of the most hopeless tasks of the South American Ethnology is that obtaining a clear picture of the linguistic affiliations or even of the exact locations of the Indian tribes of the vast region known as the Province of Chiquitos” (Métraux, 1942, p. 114).¹³ Sobre a história do grupo, Birgit Krekeler (1995) aponta uma divisão em fases: de 1542 a 1620 (conquista e subjugo dos indígenas), 1620 a 1692 (perambulação de vários grupos pela Chiquitania e a eventual caça de índios, pelos espanhóis e portugueses, para escravização), 1692 a 1767 (cristianização dos indígenas)¹⁴, 1767 aos

¹² Tradução: “No curso dos últimos duzentos anos, os diversos grupos experimentaram uma adequação considerável, de tal maneira que podemos falar de uma cultura chiquitana, apesar de que a qualificação de um indígena como ‘chiquitano’, não explique sua origem cultural”.

¹³ Tradução: “Uma das tarefas mais desesperadoras da Etnologia sul-americana é a de obter uma visão clara da afiliação linguística e ainda mais da localização exata das tribos indígenas na vasta região conhecida como a Província de Chiquitos”.

¹⁴ Parejas Moreno & Suárez Salas, dentre outros autores, estabelecem a data de fundação de San

nossos dias (eventos que assinalam intenso contato entre os Chiquitano e não índios). Nota-se que a autora não faz menção alguma ao período anterior à conquista espanhola.

As palavras de Joana A. Fernandes Silva explicam tal silêncio sobre o período mencionado, além de oferecerem um panorama sintético sobre o atual estágio das pesquisas a respeito da história dos indígenas Chiquitano:

A literatura sobre os Chiquitanos tem demonstrado exaustivamente a importância da Missão de Chiquitos na conformação desse povo na atualidade, mas há uma carência acentuada de estudos etnográficos. Há um cuidado grande no estudo do período jesuítico, ao passo que há quase uma impossibilidade em recuperar os dados anteriores à expansão missionária no território Chiquitano, uma vez que os mais de dez povos aldeados pelos jesuítas ainda não foram estudados ou, então, não há como recuperar informações sobre eles. No período pós-Missão de Chiquitos, entre os séculos XVIII e XX, há informações esparsas apenas. Para finais do século XX, devemos salientar os trabalhos de

Jurgen Riester, para a Bolívia [...] (Silva, 2005, p. 120).

De acordo com Krekeler (1995, p. 217), se por um lado as missões jesuíticas constituíram-se em um evento incisivo na história dos Chiquitano, por outro propugnaram a destruição de tradicionais estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas, assim como a mistura entre grupos diversos, alguns até mesmo inimigos entre si.

Roberto Tomichá Charupá, de origem indígena Chiquitano, de um ponto de vista pouco mais positivo do que o de Krekeler, assim se refere à presença jesuítica e aos contatos entre indígenas e religiosos nas “terras baixas”:

El oriente boliviano es una región rica de tradiciones culturales y religiosas que ha plasmado no sólo estilos, costumbres, características socioculturales de [...] [diferentes] pueblos, sino también la interioridad de la persona misma de estas tierras, su visión del mundo y actitud ante la vida, su talante de relación interpersonal y, por supuesto, sus profundas convicciones religiosas. Estas raíces religiosas se remontan a tiempos inmemoriales cuando la región estaba poblada por numerosas naciones originarias que vivían con sus propias

Francisco Javier, a primeira missão jesuítica entre os Chiquitano, em 31 de dezembro de 1691 (Parejas Moreno; Suárez Salas, 1992, p. 67). Há aqueles, entretanto, que dão como data de fundação o ano de 1692, como Krekeler, por exemplo.

cosmovisiones míticas, tipologías culturales, organizaciones sociales y normas éticas, enfrentando ya entonces, el desafío cotidiano de la diversidad étnica y de la convivencia intercultural y religiosa.

Porém, ressalta o mesmo autor que:

La llegada de las tradiciones religiosas y culturales españolas supuso un cambio radical en la concepción de vida de los antiguos pobladores del oriente boliviano, tanto por la radical novedad de contenidos como por la imposición forzosa y la conquista sociopolítica de los espacios indígenas (Tomichá Charupá, 2005, p. 05).¹⁵

Os especialistas na questão são praticamente unânimes ao afirmarem que o passado, o presente (e, provavelmente, o

¹⁵ Tradução: “O oriente boliviano é uma região rica de tradições culturais e religiosas que tem plasmado não apenas estilos, costumes, características socioculturais de [...] [diferentes] povos, mas também a interioridade da pessoa mesma destas terras, sua visão de mundo e atitude diante da vida, seu caráter de relação interpessoal e, com toda certeza, suas profundas convicções religiosas. Estas raízes religiosas remontam a tempos imemoriais quando a região estava povoada por numerosas nações indígenas que viviam com suas próprias cosmovisões míticas, tipologias culturais, organizações sociais e normas éticas, enfrentando já então, o desafio cotidiano da diversidade étnica e da convivência intercultural e religiosa.

A chegada das tradições religiosas e culturais espanholas supôs uma mudança radical na concepção de vida dos antigos povoadores do oriente boliviano, tanto pela radical novidade de conteúdos como pela imposição forçosa e a conquista sociopolítica dos espaços indígenas”.

futuro!) dos Chiquitano estão intimamente relacionados com o projeto missionário dos jesuítas, desenvolvido entre o final do século XVII e o início da primeira metade do século XVIII (Riester, 1976; Freyer, 2000).

Como assevera Roberto Balza Alarcón (2008, p. 271):

En efecto, la presencia de los jesuitas en lo que hoy es el departamento de Santa Cruz – en Bolivia, representó para las diferentes parcialidades chiquitas y otros pueblos indígenas vecinos, la oportunidad de sobrevivir al régimen colonial, que dominado por españoles y portugueses, condenaba el destino de los indígenas del lugar al exterminio físico o a la esclavitud.¹⁶

Contudo, em contrapartida à sobrevivência física representada pelas missões e para além dos esforços dos religiosos em adequar seus métodos de evangelização àquela realidade, a vida nas missões implicou, para os Chiquitano e para os outros grupos indígenas reduzidos, uma série de mudanças em suas pautas culturais

¹⁶ Tradução: “Com efeito, a presença dos jesuítas no que hoje é o departamento de Santa Cruz – na Bolívia, representou para as diferentes parcialidades *chiquitas* e outros povos indígenas vizinhos, a oportunidade de sobreviver ao regime colonial, que dominado por espanhóis e portugueses, condenava o destino dos indígenas do lugar ao extermínio físico ou à escravidão”.

próprias, desde os aspectos religiosos e econômicos até os sociopolíticos. Impuseram-se crenças e rituais católicos, introduziu-se a criação de gado e houve o incremento da atividade agrícola, dentre outras profundas mudanças operadas ao longo tempo. Implantou-se, ainda, paulatinamente, uma estrutura social organizada verticalmente e composta por rígidas hierarquias até então desconhecidas pelos indígenas (Balza Alarcón, 2008).

Uacury Ribeiro de Assis Bastos avalia de maneira distinta o empreendimento jesuítico e suas relações com as populações indígenas:

Da Espanha da Contra-Reforma originou-se o mais vigoroso movimento missionário do novo mundo. Das diversas ordens que se dedicaram à catequese destaca-se a dos jesuítas que, espalhados desde a Califórnia até ao Rio da Prata instalaram-se nos mais variados ambientes geográficos, creditando a seu favor, o grande mérito de preservar populações e línguas indígenas, que talvez tivessem perecido frente à horda dos conquistadores.

Na América do Sul, das áreas ocupadas por aqueles catequistas sobressaem pela originalidade e importância as que tiveram as missões dos guaranis, dos moxos e dos

chiquitos. A primeira situada em trechos das bacias dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. As outras duas no atual Oriente Boliviano em região tropical, de pequena altitude e declividade mínima, sujeitas à inundações periódicas, que cobrindo porcentagem elevada de seus territórios constituem um dos melhores exemplos de penetração européia em condições as mais adversas. É bem verdade, que as características fundamentais da cultura indígena foram respeitadas pelos missionários. Baseados no que existia, estabeleceram as diretrizes da ocupação do solo, fundaram aldeias e incrementaram atividades econômicas pré-existentes (Bastos, 1971, p. 152-153).

Relativizando as palavras de Bastos, necessário se faz dizer que a inserção dos jesuítas nas Américas modificou profundamente a vida dos indígenas reduzidos, mesclando conhecimentos tradicionais dos nativos com os valores cristãos e europeus trazidos pelos inácianos. Em outras palavras, teria ocorrido um encontro/ confronto característico de áreas de fronteiras, no caso das Coroas espanhola e portuguesa, entre os religiosos e as etnias indígenas da Chiquitania. Tentativas de convivência, imposição de pautas culturais novas, ressignificações de práticas e

representações, diálogos interculturais e resistências armadas foram ingredientes presentes nessa história. Uma experiência, sem dúvida, radicalmente transformadora para ambos: missionários e indígenas.

Populações Indígenas na Bolívia e na Chiquitania: aportes bibliográficos

Sobre as populações indígenas na Bolívia, em geral, e dos Chiquitano, em particular, há inúmeras obras publicadas, em Espanhol, naquele país. Muitas delas se sobressaem por trazerem informações de cunho antropológico e histórico e quatro delas, dentre outras tantas lidas, foram escolhidas para uma breve referência, seja pela ampla circulação no país, seja pela disponibilidade em bibliotecas e livrarias. Três dos trabalhos aqui elencados foram publicados na década de 1980, enquanto o de Riester é da segunda metade década de 1970 e encontra-se esgotado. Em geral são cientistas sociais (antropólogos e sociólogos) quem escrevem as obras e trazem informações atualizadas para a época em que foram publicadas. Ressalta-se, também, o importante trabalho que vem sendo desenvolvido pela organização não governamental APCOB (Apoyo Para el Campesino-Indígena del Oriente Boliviano), publicando obras a respeito das populações

indígenas das “terras baixas”.¹⁷

Camba y Colla: migracion y desarrollo en Santa Cruz, Bolivia (Stearman, 1987), de Allyn Maclean Stearman, trata da migração de *Cambas* e *Collas* no Departamento de Santa Cruz de la Sierra. Para a autora, o termo *Camba* teria se originado de um vocábulo Guaraní e, a princípio, se aplicaria somente aos *campesinos*, sendo sinônimo de que os mesmos estavam presos por dívidas aos grandes estabelecimentos agrícolas.

Com o passar do tempo, o termo, que passou a incluir indígenas e não indígenas, tornou-se um meio de os habitantes das “terras baixas” demonstrarem sua distância, tanto cultural como geográfica, frente aos *Collas* do Altiplano, pois de acordo com a antropóloga:

Los bolivianos de las tierras bajas rechazarán en lo posible cualquier influencia andina sustantiva en la formación de su cultura y tradición. La filosofía separatista de los cambas comenzó y se cultivó durante los tiempos coloniales y continúa hasta el día de hoy (Stearman, 1987, p. 41).¹⁸

¹⁷ Além disso, a APCOB mantém o importante CDPI (*Centro de Documentación de la Problemática Indígena*), em Santa Cruz de la Sierra, onde é possível consultar inúmeras obras e adquirir materiais bibliográficos e iconográficos.

¹⁸ Tradução: “Os bolivianos das terras baixas rechaçarão dentro do possível qualquer influência andina substantiva na formação de sua cultura e tradição. A filosofia separatista dos cambas

Para Stearman, a “*sociedade camba*” existe desde a conquista ibérica e remonta sua origem aos primeiros conquistadores espanhóis, ou seja, se refere mais a não indígenas do que propriamente aos indígenas. A autora ainda assinala que os oriundos da cidade de Santa Cruz de la Sierra não aceitam a denominação *Cambas*, preferindo (e muitas vezes exigindo) serem chamados de *Cruceños*.

Em **Para comprender las culturas rurales en Bolivia** (1989), dos pesquisadores Xavier Albó, Kitula Libermann, Armando Godinez e Francisco Pifarre, as questões indígenas do país são tratadas no intuito de oferecer alguns instrumentos de análise e de aproximação cultural àqueles que trabalham em projetos de promoção e educação popular. A obra divide-se em três partes, sendo que a mais interessante, para os fins do presente texto, é a segunda (“Mundo rural Camba”), em que os autores, ao tratarem da parte oriental da Bolívia, discorrem a respeito dos sentidos do termo *Camba*.

Ao mencionar os *Cambas* indígenas, os autores afirmam que:

Queda un último grupo formado por los antiguos dueños de todas estas tierras bajas. Actualmente tiene un carácter claramente minoritario, aunque

começou e se cultivou durante os tempos coloniais e continua até os dias de hoje”.

resulta difícil de dar cifras precisas por la falta de estadísticas confiables y por el permanente trasvase cultural de muchos de ellos a la cultura castellanizada dominante. Diversas estimaciones, basadas en criterios más o menos amplios, arrojarían cifras entre los 80.000 y 150.000 (Albó et al., 1989, p. 171).¹⁹

Ainda com relação aos grupos considerados *Cambas* indígenas, os autores referem-se àqueles, que na classificação sugerida, são de “*intensa aculturación*”, dentre os quais os Chiquitano:

Son entre todos ellos los más numerosos, los de orígenes menos conocidos (son resultado de la fusión de muchos grupos diversos) y los más aculturados. Hay entre ellos una mayor diversificación que en otros grupos, desde los que están en los pueblos, pasando por los de los ranchos y los peones de estancias ganaderas, hasta los que viven aislados en gomales del norte y los emigrados a zonas de colonización. El impacto negativo de

¹⁹ Tradução: “Há um último grupo formado pelos antigos donos de todas estas terras baixas. Atualmente tem um caráter claramente minoritário, ainda que seja difícil de dar cifras precisas pela falta de estatísticas confiáveis e pelo permanente intercâmbio cultural de muitos deles com a cultura *castellanizada* dominante. Diversas estimativas, baseadas em critérios mais ou menos amplos, resultariam em cifras entre os 80.000 e 150.000”.

los diversos tipos de patrones blancos – los *schararch* – aquí se deja sentir con más fuerza que, por ejemplo, en Moxos o en la Chiriguania (Albó et al., 1989, p. 215).²⁰

Os autores ainda informam que a língua Chiquito está se perdendo rapidamente e que apesar disso, traços culturais, tais como as concepções religiosas, simbólicas e míticas mantêm-se, apesar de todas as pressões sofridas por estes indígenas. Nesse cenário, Lomerío destaca-se como uma das comunidades em que a identidade étnica Chiquitano é reafirmada de forma mais contundente, em pleno século XX, e de onde partem inúmeros movimentos reivindicatórios dos direitos indígenas.

Por sua vez, Arturo Urquidi, na obra **Las comunidades indígenas en Bolivia** (1982), não faz menção alguma aos Chiquitano ou mesmo às populações indígenas das “terras baixas”, considerados “aculturados” e chamados de *campesinos*. Segundo o autor, sua preocupação esteve voltada somente para aquilo que era

compreendido, na época, como *comunidad* indígena, na Bolívia:

El Decreto-Ley de 2 de agosto de 1953, elevado a la categoría de ley en 29 de octubre de 1956, en su Art. 123 reconoce tres clases de comunidades campesinas: a) la **comunidad de hacienda**; b) la **comunidad campesina agrupada**; y c) la **comunidad indígena**.

Las dos primeras configuran, propiamente, comunidades rurales de simple **vecindario**, cuyos vínculos emergen del hecho de vivir en el mismo lugar, exteriorizándose en intereses locales y modos de existencia comunes.

La **comunidad indígena**, en cambio, caracteriza a los agregados sociales **gentílicos**, que conservan aún los vínculos aglutinantes del **ayllu** tradicional, y cuya condición de sujetos de derecho sobre la tierra que poseen colectivamente arranca desde los tiempos coloniales (Urquidi, 1982, p. 07; negritos no original).²¹

²⁰ Tradução: “São entre todos eles os mais numerosos, os de origens menos conhecidas (são resultado da fusão de muitos grupos diversos) e os mais aculturados. Há entre eles uma maior diversificação que em outros grupos, desde os que estão nos *pueblos*, passando pelos dos *ranchos* e os peões de fazendas de gado, até os que vivem isolados em seringais do norte e os emigrados a zonas de colonização. O impacto negativo dos diversos tipos de padrões brancos – os *schararch* – aqui se deixa sentir com mais força que, por exemplo, em Moxos ou na Chiriguania”.

²¹ Tradução: “O Decreto-Lei de 2 de agosto de 1953, elevado à categoria de lei em 29 de outubro de 1956, em seu Art. 123 reconhece três classes de comunidades *campesinas*: a) a comunidade de *hacienda*; b) a comunidade *campesina* agrupada; e c) a comunidade indígena.

As duas primeiras configuram, propiamente, comunidades rurais de simples vizinhança, cujos vínculos emergem do fato de viver no mesmo lugar, exteriorizando-se em interesses locais e modos de existência comuns.

Assim, na concepção de Urquidí, e de outros tantos estudiosos, apenas os grupos localizados nos Andes e que remetem ao passado incaico, estruturados sob a forma de *ayllus*²², são considerados como legítimas comunidades indígenas na Bolívia, enquanto os Chiquitano e outros grupos seriam categorizados como *comunidades campesinas agrupadas*. Esta é uma ideia muito presente entre os bolivianos, de modo geral, particularmente entre aqueles que habitam o Altiplano.

Por fim, **En busca de la loma santa** (Riester, 1976)²³, de Jürgen Riester em colaboração com Bernd Fischerman, proporciona uma visão geral acerca da população das planícies do Oriente boliviano, com destaque especial para os indígenas. Riester tem investigado os Chiquitano por

mais de quarenta anos, permanecendo entre estes índios e realizando trabalhos de campo. Atualmente, está à frente de uma organização não governamental, sediada em Santa Cruz de la Sierra.

Na introdução da obra ambos os autores explicitam o que compreendem por *índio, mestizo e blanco*:

Indígenas: a personas que están estrechamente ligadas a su mundo tradicional y cultural, lo cual se expresa por ejemplo, en la forma económica practicada, el parentesco, la religión, el idioma, etc.

Mestizos: a personas que se han separado conscientemente de su cultura tradicional y que se orientan por los valores y las normas de los blancos. Este proceso es cultural.

Blancos: a personas que, con motivo de progresos económicos, su posición en la vida pública y su formación escolar, se sobreentienden como grupos cerrados y se distancian concretamente de los indios y mestizos. Estos hechos son de gran importancia para el entendimiento de la realidad boliviana (Fischerman; Riester, 1976, p. 16).²⁴

A comunidade indígena, diferentemente, caracteriza aos agregados sociais gentílicos, que conservam ainda os vínculos aglutinantes do *ayllu* tradicional, e cuja condição de sujeitos de direito sobre a terra que possuem coletivamente vem desde os tempos coloniais”.

²² O *ayllu* é a unidade geográfica sociopolítica e econômica que constitui a base organizativa dos grupos andinos à época anterior à formação do Império Inca. Era formado por um número razoável de famílias vinculadas por relações de parentesco e que colocavam em comum as suas terras. O chefe recebia o nome de *kuraka*, cargo hereditário que reunia as funções de julgar e executar as leis. Tal instituição não chegou a desaparecer completamente com a conquista espanhola (Cf. Lamounier, 1991).

²³ De acordo com o autor, a busca da Colina (*Loma*) Santa é equivalente à da Terra sem Males, presente em outras populações indígenas da América do Sul. Trata-se de um movimento messiânico no qual tomaram parte, desde o início do século XX, grupos indígenas de distintas filiações linguísticas (Riester, 1976, p. 311).

²⁴ Tradução: “Indígenas: a pessoas que estão estreitamente ligadas a seu mundo tradicional e cultural, o qual se expressa por exemplo, na forma econômica praticada, o parentesco, a religião, o idioma, etc.

Mestiços: a pessoas que se separaram conscientemente de sua cultura tradicional e que se

A respeito das denominações *Camba* e *Colla*, Fischerman e Riester esclarecem que:

En Bolivia son importantes otros dos conceptos:

Colla y Camba. Generalmente se llaman así mutuamente los habitantes de la llanura y del valle del altiplano respectivamente. Sin embargo, estas denominaciones varían según la región (Fischerman; Riester, 1976, p. 16-17).

25

Os autores lembram que a definição de termos, tais como *indígena*, *mestizo*, *Colla* e *Camba* dependem fundamentalmente de fatores culturais e locais, relacionados ao contexto histórico boliviano. Há, na obra, extensas referências aos indígenas Ayoreode, Ivirehi Ahae e Chiriguano, dentre outros. Sobre os Chiquitano, Riester dedica um capítulo em que, além da história de contato, trata de alguns aspectos culturais e

orientam pelos valores e as normas dos brancos. Este processo é cultural.

Branco: a pessoa que, com motivo de progressos econômicos, sua posição na vida pública e sua formação escolar, se subentendem como grupos fechados e se distanciam concretamente dos índios e mestiços. Estes fatos são de grande importância para o entendimento da realidade boliviana”.

²⁵ Tradução: “Na Bolívia são importantes outros dois conceitos:

Colla e *Camba*. Geralmente se chamam assim mutuamente os habitantes da planície e do vale do altiplano respectivamente. Não obstante, estas denominações variam segundo a região”.

linguísticos do grupo, estudados a partir de quatro anos de permanência do autor na Chiquitania. Há, inclusive, uma seção dedicada inteiramente à *ferrocarril* Santa Cruz-Corumbá, em uma análise dos fortes impactos da construção desta sobre a vida dos índios. Fotografias e mapas ilustram a obra, permitindo entrever uma história de séculos de exploração interétnica.

Considerações Finais

A configuração de um Estado multiétnico e pluricultural na Bolívia traduz-se em um processo político e social que se encontra em curso a partir das duas últimas décadas e que terá desdobramentos por ora imprevisíveis do ponto de vista político e social. A eleição de Víctor Cárdenas (atualmente na oposição a Morales, reivindicando para si uma “verdadeira” identidade indígena) e de Evo Morales para os cargos de vice-presidente e presidente, respectivamente, da Bolívia, em momentos distintos, mostra que novos atores sociais têm emergido no país, em contraposição a séculos de exploração dos “brancos”, descendentes de europeus e minoria populacional. O próprio movimento indígena, bastante fragmentado, encontra-se em ebulição, oscilando entre o apoio e a oposição ao atual governo Morales.

Não faz sentido uma análise política da situação boliviana contemporânea sem o

conhecimento e a compreensão da existência de tantos e distintos marcadores de identidades utilizadas pelos próprios atores sociais em cena. Cárdenas e Morales, além de serem Aymará, também são vistos como *Collas*, com todos os sentidos, positivos e/ ou negativos, que tal identificação lhes confere. Na Bolívia, portanto, não é possível enxergar a população sem todos os matizes específicos que formam esse verdadeiro mosaico étnico e cultural. Diferentemente do que se verifica no Brasil, por exemplo, pode-se dizer que na Bolívia há pouca diversidade (34 etnias bolivianas *versus* mais de 230 etnias brasileiras) e uma grande população indígena em termos numéricos percentuais (mais de 60% na Bolívia *versus* menos de 1% no Brasil).

Nesse intrincado labirinto de identidades étnicas, conhecer um pouco melhor as diversas configurações que assumem os bolivianos, indígenas e não indígenas, em seu cotidiano, ajuda a compreender esse multifacetado cenário, formado por etnias indígenas que se ficaram aliadas do poder político por tanto tempo, agora se veem diante de inúmeros desafios. É fato que os índios bolivianos especialmente os da Chiquitania, ainda são vistos como “cidadãos de segunda categoria”, em que pese as mudanças verificadas nas últimas décadas em termos de participação política. Aos bolivianos, tanto do Altiplano como das “terras baixas”, majoritariamente indígenas

em termos demográficos, há um longo caminho a ser percorrido na busca pela plena cidadania, tal como se verifica em outros países das Américas.

Referências Bibliográficas

ALBÓ, X. Etnias y pueblos originarios: diversidad étnica, cultural e lingüística. In: CAMPERO PRUDENCIO, F. **Bolivia en el siglo XX: la formación de la Bolivia contemporánea**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999. p. 451-482.

_____ et al. **Para comprender las culturas rurales en Bolivia**. La Paz: MEC/ Cipca/ Unicef, 1989. 298 p. (Bolivia Pluricultural y Multilingüe).

BALZA ALARCÓN, R. Uso contemporáneo del espacio y territorialidad entre los Chiquitanos de Bolivia. In: SILVA, J. A. F. (Org.). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia: história, língua, cultura e territorialidade**. Goiânia: UCG, 2008. p. 265-288.

BASTOS, U. R. de A. Os jesuítas e seus sucessores (I). (Moxos e Chiquitos – 1767-1830), **Revista de História**, São Paulo, USP, vol. XLIII, p. 151-167, 1971.

BIRK, G. **Dueños del bosque: manejo de los recursos naturales por**

indígenas chiquitanos de Bolivia. Trad. Alexandra Shand. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 2000. 302 p. (Pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolívia, 14).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP/ Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 1997.

CARVALHO, R. **Manual de Historia de Bolivia**: una visión desde la llanura. Santa Cruz de la Sierra: Mavarú, 2005. 236 p.

FERNÁNDEZ, J. P. **Relacion historial de las Misiones de indios chiquitos que en el Paraguay tienen los padres de la Compañía de Jesús**. Madrid: Victoriano Suárez, 1895. 282 p. (Tomo I). (Colección de libros raros ó curiosos que tratan de America).

_____. **Relacion historial de las Misiones de indios chiquitos que en el Paraguay tienen los padres de la Compañía de Jesús**. Asunción: A. de Uribe y Compañía, 1896. 325 p. (Tomo II).

FISCHERMAN, B.; RIESTER, J. Introducción. In: RIESTER, J. **En busca de la loma santa**. La Paz/ Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1976. 376 p.

FREYER, B. **Los Chiquitanos**: descripción de un pueblo de las tierras bajas orientales de Bolivia según fuentes jesuíticas del siglo XVIII. Trad. Gudrun Birk. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 2000. 121 p.

GRONDIN, M. **A revolução camponesa na Bolívia**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 92 p. (Tudo é História, 83).

HANY, W. S. Do alto Peru à República da Bolívia: a formação do estado boliviano. In: NAVARRO, E. M. M. et al. (Orgs.). **40 anos do Campus do Pantanal - UFMS**: contribuições para o desenvolvimento regional. Campo Grande: UFMS, 2007. p. 325-346.

HOLLWEG, M. G. **El mito racial y el hombre boliviano**. Santa Cruz de la Sierra: Los Huerfanos, 1977. 179 p.

JOSÉ DA SILVA, G. **Identidades cambiantes**: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia. Goiânia: UFG, 2012. 237 p.

_____. Séculos de história indígena no coração da América do Sul: os Chiquitano no (atual) Oriente boliviano. **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS, vol. 18, p. 159-186, 2011.

KLEIN, H. S. **Bolívia**: do período pré-incaico à independência. Trad. Alberto

Alexandre Martins; Maria da Glória P. Kok. São Paulo: Brasiliense, 1991. 80 p. (Tudo é História, 137).

_____. **Historia de Bolivia**. 5. ed. La Paz: Juventud, 1994.

KREKELER, B. **Historia de los Chiquitanos**. Trad. Peter Dressendörfer. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 1995. 239 p. (Pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia, 2).

LAMOUNIER, I. *Festividad de N. Sra. de Copacabana*. **Travessia**, São Paulo, CEM, ano IV, n. 11, p. 27-36, set./dez. 1991.

MESA, J. de; GISBERT, T.; MESA GISBERT, C. D. **Historia de Bolivia**. 6. ed. actualizada y aumentada. La Paz: Gisbert y Cia., 2007. 715 p.

MÉTRAUX, A. The Native Tribes of Eastern Bolivia and Western Matto Grosso. **Bulletin of the BAE (Bureau of American Ethnology)**, Washington (D.C.), n. 134, p. 114-134, 1942.

MONTAÑO ARAGÓN, M. **Antropología cultural boliviana**. 2. ed. La Paz: Casa Municipal de la Cultura Franz Tamayo, 1977. 262 p. (Biblioteca Paceña).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS. Cepal. **Los pueblos indígenas de Bolivia**: diagnóstico sociodemográfico a partir del censo de 2001. Santiago: ONU, 2005. 131 p.

PAREJAS MORENO, A.; SUÁREZ SALAS, V. **Chiquitos**: historia de una utopia. Santa Cruz de la Sierra: Cordecruz/ Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra. Santa Cruz de la Sierra, 1992. 363 p.

RICHARD, N. (Comp.). **Mala guerra**: los indígenas en la guerra del Chaco (1932-1935). Asunción/ Paris: ServiLibro/ Museo del Barro/ CoLibris, 2008. 421 p.

RIESTER, J. **En busca de la loma santa**. La Paz/ Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1976. 376 p.

_____. **Iyambae – Ser libre**: la Guerra del Chaco (1932-1935) – Textos Bilingües Guaraní-Castellano. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 2005. 209 p. (Edición electrónica en formato CD).

RIVERA CUSICANQUI, S. Colonialism and ethnic resistance in Bolivia: a view from the coca markets. In: ROSEN, F. (Ed.). **Empire and dissent**: The United States and Latin America. Durham: Duke University Press, 2008. (American Encounters/ Global Interactions Series).

ROCHA, L. M. A configuração do Estado multiétnico e pluricultural na Bolívia. *In: _____*. (Org.). **Etnicidade e nação**. Goiânia: Cênese, 2006, p. 09-20.

SILVA, J. A. F. Fronteira compartilhada, território fragmentado: os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia. *In: SALOMON; M.; SILVA, J. F.; ROCHA, L. M.* (Orgs.). **Processos de territorialização: entre a História e a Antropologia**. Goiânia: UCG, 2005. p. 119-146.

SILVA, S. A. da. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997. 292 p. (Estudos e Debates).

STEARMAN, A. M. **Camba y Colla**: migración e desarrollo en Santa Cruz, Bolivia. Trad. Joseph M. Barnadas; Luis H. Antezana. La Paz: Juventud, 1987. 243 p.

TOMICHA CHARUPÁ, R. La formación socio-cultural de los Chiquitanos en el Oriente Boliviano (Siglos XVI-XVIII). *In: SILVA, J. A. F.* (Org.). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia**: história, língua, cultura e territorialidade. Goiânia: UCG, 2008. p. 223-264.

_____. **La Iglesia en Santa Cruz**: 400 años de historia (1605-2005). Cochabamba: Verbo Divino, 2005. 100 p.

TONELLI JUSTINIANO, O. **Reseña histórica, social y económica de la Chiquitania**. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2004. 405 p.

URQUIDI, A. **Las comunidades indígenas en Bolivia**. 2. ed. La Paz: Juventud, 1982. 258 p.

WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. *In: BETHELL, L.* (Org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. Trad. Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo/ Brasília: Edusp/ Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. p. 195-239. (Vol. I)